

PROJETO DE LEI N.º 2.731, DE 2024

(Do Sr. Delegado Palumbo)

Dispõe sobre a criação, regulação e fiscalização da "Farmácia Veterinária Popular" e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2731/2023.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Delegado Palumbo MDB/SP

PROJETO DE LEI N°, de 2024 (Do DELEGADO PALUMBO)

Dispõe sobre a criação, regulação e fiscalização da "Farmácia Veterinária Popular" e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a criação, regulação e fiscalização da Farmácia Veterinária Popular, que dispõe sobre a disponibilização de medicamentos veterinários gratuitamente e de baixo custo para animais domésticos em todo o território nacional.

Art. 2º Entende-se como farmácia veterinária popular qualquer estabelecimento farmacêutico privado que, mediante convênio formalizado com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, comercialize diretamente ao consumidor, a preços subsidiados, medicamentos de uso exclusivo veterinário.

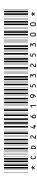
Parágrafo único. Consideram-se medicamentos de uso veterinário todos os produtos formulados a partir de substâncias químicas, farmacêuticas, biológicas ou mistas, com propriedades específicas, destinados a prevenir, diagnosticar, tratar ou curar doenças em animais. Além disso, incluem-se os produtos que contribuem para a manutenção da higiene animal e aqueles utilizados para a proteção, restauração ou modificação das funções orgânicas e fisiológicas dos animais.

Art. 3º Lei Complementar regulamentará as ações referentes à aquisição, armazenamento e comercialização dos medicamentos, podendo estabelecer convênios com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sob a supervisão direta e imediata do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura.

§1º Os Ministérios da Saúde e da Agricultura poderão firmar convênios com entidades públicas e privadas visando à instalação e implementação de novos serviços para disponibilização de medicamentos de uso veterinário e insumos, mediante ressarcimento de seus custos de produção ou aquisição.

§2º A lista de medicamentos disponibilizados no âmbito do Programa "Farmácia Veterinária Popular" será definida pelo Ministério da Agricultura, com base nas evidências epidemiológicas e prevalências de doenças e agravos.







CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Delegado Palumbo MDB/SP

- §3º A produção de medicamentos de uso veterinário integrantes do programa será de responsabilidade dos laboratórios privados e públicos, previamente autorizados pelo Ministério da Agricultura, que também será responsável por sua fiscalização periódica.
- Art. 4º A farmácia veterinária popular deve cumprir os requisitos para funcionamento das farmácias em geral.
- Art. 5º Para usufruir dos benefícios, o responsável pelo animal deverá comprovar renda mensal de até 02 (dois) salários-mínimos e apresentar comprovante de residência na cidade onde se localiza a farmácia veterinária popular.
- Art. 6º Caberá ao Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta lei, expedir normas complementares à implementação do programa.
- Art. 7º A administração do programa será de responsabilidade das Secretarias competentes dos Municípios, sob a supervisão direta e imediata do Ministério da Agricultura.
- Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei serão custeadas pelas dotações orçamentárias próprias.
 - Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de criação de Farmácias Veterinárias Populares é uma iniciativa essencial para promover a acessibilidade de medicamentos veterinários a preços subsidiados, especialmente para tutores de baixa renda. Atualmente, muitos tutores enfrentam dificuldades financeiras para adquirir os medicamentos necessários para o tratamento e cuidado adequado de seus animais. Com a implementação desta Lei, busca-se garantir que mais tutores possam proporcionar os tratamentos necessários, assegurando a saúde e bem-estar dos animais, que são parte integrante das famílias brasileiras.

A saúde dos animais está diretamente relacionada à saúde pública. Animais saudáveis reduzem o risco de transmissão de zoonoses e outras doenças que podem afetar os seres humanos. Portanto, ao facilitar o acesso a medicamentos veterinários, a Lei contribui significativamente para a proteção da saúde pública. Esta medida preventiva é fundamental para evitar surtos de doenças e garantir um ambiente mais seguro para todos.

Além de promover a saúde pública, a lei também é uma questão de bem-estar animal. Animais que recebem os cuidados







CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Delegado Palumbo MDB/SP

necessários têm uma melhor qualidade de vida, e garantir esse cuidado é uma responsabilidade social. A iniciativa promove o respeito e a responsabilidade no cuidado com os animais, assegurando que eles não sofram por falta de tratamento adequado. A dignidade no trato dos animais reflete os valores de uma sociedade que se preocupa com todas as formas de vida.

Finalmente, a proposta prevê mecanismos rigorosos de controle e fiscalização, garantindo que os medicamentos distribuídos sejam de alta qualidade e que as farmácias operem conforme as exigências regulamentares. A parceria com entidades públicas e privadas facilitará a expansão do programa, assegurando que as áreas mais necessitadas sejam atendidas.

Em suma, a criação de Farmácias Veterinárias Populares trará benefícios significativos para a saúde animal, bem-estar dos animais e proteção da saúde pública, justificando plenamente a aprovação desta Lei.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 2024.

DELEGADO PALUMBO Deputado Federal



